



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 49, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, do Senador Ciro Nogueira, que Altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy

**RELATOR:** Senador Armando Monteiro

10 de Outubro de 2018





## **PARECER Nº           , DE 2017**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, do Senador *Ciro Nogueira*, que *altera o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para promover a qualificação profissional do adolescente em regime de acolhimento institucional.*

Relator: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 190, de 2017, de autoria do Senador *Ciro Nogueira*.

A iniciativa pretende inserir no ordenamento brasileiro normas que promovam a qualificação do adolescente em regime de acolhimento institucional.

Para tanto, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com o objetivo de garantir que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) fomenta o ensino comercial de formação desses adolescentes. Na mesma linha, modifica o art. 71 do



Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, para assegurar a esse público a gratuidade em estabelecimentos oficiais no ensino industrial. Acrescenta, ainda, ao art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, um § 3º, o qual reserva a proporção de um aprendiz adolescente acolhido institucionalmente para cada grupo de cinquenta aprendizes empregados e matriculados na forma dessa lei. Finalmente, aprimora a redação do art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, de sorte a expandir o alcance do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que passará, caso aprovado o projeto, a beneficiar o contingente populacional dos adolescentes acolhidos.

Na justificção, o autor argumenta que a realidade dos adolescentes sob regime de acolhimento institucional é particularmente dura, pois são obrigados a encarar, sozinhos, inúmeros desafios quando deixam os abrigos aos dezoito anos de idade. Afirma, ainda, que, embora a legislaço brasileira assegure o direito à educaço ao jovem em regime de acolhimento institucional, na prática o que se verifica são jovens desvalidos sem qualquer perspectiva de inserço profissional. Para o autor, a proposiço busca solucionar esse problema, pois prevê a inserço desse adolescente nas gratuidades já existentes para cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e de ensino industrial, bem como uma reserva de vagas dentro da cota de aprendizes prevista na Consolidaço das Leis do Trabalho, e, ainda, a expressa previsço de tal adolescente como público-alvo do Pronatec.

A proposiço foi distribuída para a análise da CAS e será remetida, ainda, ao exame terminativo da Comissão de Educaço, Cultura e Esporte.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposiçoes que tratem de relaçoes de trabalho e assuntos correlatos. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

Estamos de acordo com seu autor.



Atualmente, a legislação brasileira garante ao adolescente em regime de acolhimento institucional o acesso à educação. No entanto, a deficiência de soluções legislativas concretas esvazia essa previsão e priva nossos adolescentes de reais oportunidades de desenvolvimento de seu capital humano pela via da capacitação profissional.

Quando se tornarem adultos, esses jovens terão reduzidas chances de inserção no mercado de trabalho e serão obrigados a realizar esforços extraordinários se quiserem compensar o déficit de sua formação educacional.

A proposição foi muito feliz em perceber o quão desoladora é essa realidade e em oferecer os mecanismos concretos necessários a sua superação. O projeto abre para os adolescentes acolhidos importantes janelas de oportunidades por meio das quais poderão ver um futuro promissor – e não mais uma vida de sofrimento e exclusão social.

Ao garantir os meios para o desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes acolhidos, a proposição propicia o nivelamento de seu potencial ao de outros adolescentes que já nascem privilegiados em função de fatores relacionados à posição social e com quem competirão, em breve, por bens sociais escassos. Trata-se, assim, de uma política direcionada para a promoção da igualdade de pontos de partida.

Portanto, opinamos pela aprovação de um projeto tão meritório.

Sugerimos, contudo, três emendas.

A primeira e a segunda emendas objetivam alterar as redações do art. 3º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946 e do art. 71 do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, na forma proposta pelo projeto, de modo a elucidar (ou reforçar) que os adolescentes em regime de acolhimento institucional já estão inseridos na categoria de *estudantes a quem faltam recursos necessários*, atualmente beneficiados pelos diplomas aludidos. São dois os motivos: a) adolescentes em acolhimento institucional têm garantido, pela lei e pela Constituição, o direito à educação e não perdem a condição de estudantes em virtude de seu afastamento do núcleo familiar; b) eles se encontram em situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social, eis que afastados da família biológica, e dessa forma, vivem em condição de carência de recursos materiais.



Com as sugestões, esperamos superar eventuais questionamentos sobre a participação de estudantes em regime de acolhimento institucional nos programas de gratuidade ofertados pelo Senac, Senai e entidades similares, a par de estimular a seleção desse nicho específico de adolescentes pelos programas de qualificação profissional mencionados.

Já a terceira emenda tem o objetivo de tornar menos restritivo o conteúdo do art. 4º, uma vez que, de acordo com o texto atual, poucos aprendizes acolhidos institucionalmente serão empregados. É que, de acordo com levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quase 90% das empresas brasileiras dispõem de até 9 empregados, sendo raras em nosso mercado, portanto, empresas com capacidade de contratação de 50 aprendizes.

### III – VOTO

Em razão do exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 3º do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 3º** O SENAC deverá também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com ele se relacionar diretamente, para o que promoverá os acordos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários, nestes incluídos os adolescentes, a partir dos quatorze anos de idade, em regime de acolhimento institucional.

.....” (NR)



**EMENDA Nº – CAS**

Dê-se ao art. 71 do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, na forma do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 71.** .....  
I – Adotar, nos estabelecimentos oficiais de ensino industrial, o sistema da gratuidade, pelo menos para os alunos privados de meios financeiros suficientes, nestes incluídos os adolescentes, a partir dos quatorze anos de idade, em regime de acolhimento institucional.  
.....” (NR)

**EMENDA Nº – CAS**

Dê-se ao § 3º do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio e 1943, na forma do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 429.** .....  
.....  
§ 3º Haverá pelo menos um aprendiz que seja adolescente em regime de acolhimento institucional para cada grupo de aprendizes empregados e matriculados nos termos do *caput*.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Relatório de Registro de Presença**  
**CAS, 10/10/2018, logo após a 34ª Reunião - 35ª, Extraordinária**  
Comissão de Assuntos Sociais

| MDB                             |                                 |
|---------------------------------|---------------------------------|
| TITULARES                       | SUPLENTES                       |
| HÉLIO JOSÉ                      | 1. GARIBALDI ALVES FILHO        |
| WALDEMIR MOKA                   | 2. VALDIR RAUPP <b>PRESENTE</b> |
| MARTA SUPPLY <b>PRESENTE</b>    | 3. ROMERO JUCÁ                  |
| JOSÉ AMAURI <b>PRESENTE</b>     | 4. EDISON LOBÃO                 |
| AIRTON SANDOVAL <b>PRESENTE</b> | 5. ROSE DE FREITAS              |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) |                     |
|--|---------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES           |
| ÂNGELA PORTELA   | 1. FÁTIMA BEZERRA   |
| HUMBERTO COSTA   | 2. GLEISI HOFFMANN  |
| PAULO PAIM <b>PRESENTE</b>                             | 3. JOSÉ PIMENTEL    |
| PAULO ROCHA <b>PRESENTE</b>                            | 4. JORGE VIANA      |
| REGINA SOUSA <b>PRESENTE</b>                           | 5. LINDBERGH FARIAS |

| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)   |                    |
|--------------------------------------|--------------------|
| TITULARES                            | SUPLENTES          |
| DALIRIO BEBER                        | 1. FLEXA RIBEIRO   |
| EDUARDO AMORIM                       | 2. RICARDO FERRAÇO |
| RONALDO CAIADO                       | 3. JOSÉ AGRIPINO   |
| MARIA DO CARMO ALVES <b>PRESENTE</b> | 4. WILDER MORAIS   |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) |                                 |
|---|---------------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTES                       |
| SÉRGIO PETECÃO                                      | 1. OTTO ALENCAR <b>PRESENTE</b> |
| ANA AMÉLIA <b>PRESENTE</b>                          | 2. CIRO NOGUEIRA                |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE) |                       |
|--|-----------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES             |
| LÍDICE DA MATA   | 1. ROMÁRIO            |
| RANDOLFE RODRIGUES   | 2. VANESSA GRAZZIOTIN |

| Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB) |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| TITULARES                           | SUPLENTES                           |
| CIDINHO SANTOS                      | 1. ARMANDO MONTEIRO <b>PRESENTE</b> |
| VICENTINHO ALVES                    | 2. EDUARDO LOPES                    |

**Não Membros Presentes**

ROBERTO MUNIZ

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 190/2017)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2017, DE AUTORIA DO SENADOR CIRO NOGUEIRA, COM AS EMENDAS Nº 1-CAS, Nº 2-CAS E Nº 3-CAS.

10 de Outubro de 2018

Senadora MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais